



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 11.436, DE 25 DE MAIO DE 2022.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 6.012/2015.

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Municipal nº 6.012, de 01 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Município de Bento Gonçalves autorizado a conceder a MEBER METAIS S/A, de acordo com a Ata 01/2022 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves que faz parte integrante deste decreto, os seguintes benefícios:

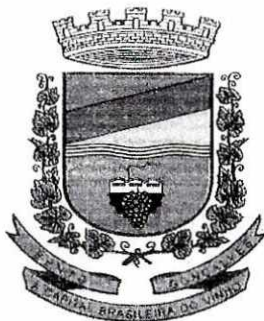
I – Isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel em que se instalarem novas empresas ou àquele utilizado para ampliação de empresa existente no Município, pelo período da execução da obra ou, até 03 (três) anos, incidindo o que sobrevier primeiro, conforme art. 3º, inciso I, alínea "c" da referida lei;

II – Subvenção para a execução de até 300 (trezentas) horas de serviços de infraestrutura necessários à implantação ou ampliação pretendidas (terraplanagem, transporte de terras e materiais para obras, outros custos e encargos correspondentes a serviços e materiais, de infraestrutura), exceto detonação, mediante a realização com equipamentos e bens próprios do Município ou realizar por serviço de terceiros contratados para esse fim, desde que haja disponibilidade financeira, considerando, para tanto, os valores apurados em processo de Registro de Preços dirigido pelo setor encarregado das licitações no Município, conforme art. 3º, inciso II, alínea "a" da referida lei;

III – Prioridade aos projetos para implantação ou ampliação de empresas no Município, na análise com vistas ao licenciamento ambiental pertinente, no prazo de até 10 (dez) dias, condicionado à apresentação da documentação completa necessária à análise, conforme art. 3º, inciso III, alínea "a" da referida lei;

IV – Prioridade aos projetos para implantação ou ampliação de empresas no Município, na análise realizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPURB, no prazo de até 20 (vinte) dias, condicionado à apresentação da documentação completa necessária à análise, conforme art. 3º, inciso III, alínea "b" da referida lei;

V – Apoio institucional junto aos órgãos competentes a nível estadual e federal, conforme art. 3º, inciso III, alínea "c" da referida lei.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
PODER EXECUTIVO

Art. 2º O beneficiário desta lei, deverá fixar placa no local mencionando esta condição, cujos dizeres, tamanhos e forma de apresentação, serão reguladas pelo Comitê Executivo Institucional do Empreendedor — CEIE, de forma padronizada, conforme disposto no art. 27 da referida lei.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES,
aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois.

Registre-se e Publique-se.

Sidgrei A. Machado Spassini
Procurador-Geral do Município

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Gustavo Baldasso Schramm
Subprocurador-Geral do Município

Registrado (a) às fls. 45
e publicado (a)
Em 26 / 05 / 22

COMDEBENTO

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves

Ata 01/2022

Aos 18 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às 15 horas, conforme Regimento Interno do Conselho realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves – COMDEBENTO. Participaram da reunião os seguintes conselheiros: representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sra. Milena Bassani; representante da Secretaria Municipal de Turismo Sra. Débora Dutra Caselani; representante do Instituto de Planejamento Urbano, Sr. Simão Carraro; representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Sr. Rejane Lazzarotto; representante do SINDIMÓVEIS a Sra. Denise Valduga; representante SINDILOJAS Sr. Daniel Amadio; representante do SEBRAE a Sra. Roberta Genari e representantes do CIC-BG, Sra. Tiago Casagrande, Sr. Giancarlo Ravanello e Sr. Roberto Meggiolaro. A Presidente do Conselho, Sra. Milena Bassani, deu as boas-vindas a todos e foi iniciada a sessão, informado a retirada da pauta dos processos: Processo Municipal nº 10660/2021 em nome de Metalurgica Defacch Ltda Me, Processo Municipal nº 14502/2021 em nome de Ligia Beatriz Falkembach Cavalet, Processo Municipal nº 15162/2021 em nome de Renata Melon Barroso Bertolini, Processo Municipal nº 19738/2021 em nome de Massutti Montagens Ltda., Processo Municipal nº 19960/2021 em nome de Ferragens GS Indústria de Acessórios EIRELI, Processo Municipal nº 18448/2021 em nome de JN Ambiental Ltda., os quais tiveram pedido de vistas pelos conselheiros do CEIE. O processo colocado em votação foi o Processo Municipal nº nº 9.285/2021 em nome de Manolo Durli, o qual teve seu pedido INDEFERIDO, haja vista que a justificativa apresentada foi a abertura de estrada de acesso ao empreendimento em local diferente ao já existente, entretanto diante da apresentação de aprovação da referida estrada, bem como da anuência dos demais confrontantes. Após, a presidente começou a explanação do Processo Municipal nº 19618/2021 em nome de Engenho do Vale Restaurante e Varejo Ltda., o requerente postula pelo seguinte benefício: **Subvenção** para a execução de até 300 (trezentas) horas dos serviços de infraestrutura necessários à implantação ou ampliação pretendidas (terraplenagem, transporte de terras e materiais para obras, outros custos e encargos correspondentes a serviços e materiais, de infraestrutura), exceto detonação, mediante a

COMDEBENTO

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves
realização com equipamentos e bens próprios do Município ou realizados por serviços
de terceiros contratados para esse fim, desde que haja disponibilidade financeira,
considerando, para tanto, os valores apurados em processo de Registro de Preços
dirigido pelo setor encarregado das licitações no Município, após passou-se ao o
Processo Municipal nº 19014/2021 em nome de Adega Casa de Madeira LTDA, o
requerente postula pelos seguintes benefícios: **Isenção** de taxas incidentes no
licenciamento ambiental para movimentação de terras, vinculadas aos empreendimentos
definidos no artigo 2º desta lei; **Isenção** do pagamento de Imposto sobre Serviços (ISS),
para os serviços de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras
de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive
sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem
pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e
equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de
serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); de
reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres
(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do
local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); e de serviços de transporte
coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros, pelo
período de execução dos serviços ou por até 03 (três) anos, incidindo o prazo que
sobrevier primeiro; **Isenção** da taxa para autorização de letreiros, adesivos publicitários
e mídia digital na fachada dos estabelecimentos comerciais, nos termos da Lei
Municipal nº 5.871/2014, que regula a matéria; **Subvenção** para a execução de até 300
(trezentas) horas dos serviços de infraestrutura necessários à implantação ou ampliação
pretendidas (terraplenagem, transporte de terras e materiais para obras, outros custos e
encargos correspondentes a serviços e materiais, de infraestrutura), exceto detonação,
mediante a realização com equipamentos e bens próprios do Município ou realizados
por serviços de terceiros contratados para esse fim, desde que haja disponibilidade
financeira, considerando, para tanto, os valores apurados em processo de Registro de
Preços dirigido pelo setor encarregado das licitações no Município; **Restituição** de
parcela de retorno do ICMS, que não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do
valor transferido ao Município em função da participação relativa ao valor adicionado
da empresa na formação do índice de Participação do Município no ICMS, para
empresas novas no Município ou no caso de ampliação de empresa existente no

COMDEBENTO

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves
Município; **Cessão** de uso de bens e equipamentos; **Prioridade** aos projetos para
implantação ou ampliação de empresas no Município, na análise com vistas ao
licenciamento ambiental pertinente, no prazo de até 10 (dez) dias, condicionado à
apresentação da documentação completa necessária à análise; **Prioridade** aos projetos
para implantação ou ampliação de empresas no Município, na análise realizada pelo
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPURB, no prazo de até 20 (vinte) dias,
condicionado à apresentação da documentação completa necessária à análise; **Apoio**
institucional junto aos órgãos competentes a nível estadual e federal. Após passou-se ao
Processo Municipal nº 220/2022 em nome de Meber Metais S/A, o requerente
postula pelos seguintes benefícios: **Isenção** de Imposto sobre a Transmissão Onerosa de
Bens Imóveis, quando a aquisição do imóvel for destinada à implantação ou ampliação
do empreendimento, exceto se a empresa compradora tiver como atividade-fim o ramo
imobiliário; **Isenção** de taxas incidentes no licenciamento ambiental para movimentação
de terras, vinculadas aos empreendimentos definidos no artigo 2º desta lei; **Isenção** de
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o
imóvel em que se instalarem novas empresas ou àquele utilizado para ampliação de
empresa existente no Município, pelo período da execução da obra ou, até 03 (três)
anos, incidindo o que sobrevier primeiro; **Isenção** do pagamento de Imposto sobre
Serviços (ISS), para os serviços de execução, por administração, empreitada ou
subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras
semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e
irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de
produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo
prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);
de reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres
(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do
local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); e de serviços de transporte
coletivo municipal rodoviário; metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros, pelo
período de execução dos serviços ou por até 03 (três) anos, incidindo o prazo que
sobrevier primeiro; **Subvenção** para a execução de até 300 (trezentas) horas dos
serviços de infraestrutura necessários à implantação ou ampliação pretendidas
(terraplenagem, transporte de terras e materiais para obras, outros custos e encargos
correspondentes a serviços e materiais, de infraestrutura), exceto detonação, mediante a

COMDEBENTO

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves
realização com equipamentos e bens próprios do Município, ou realizados por serviços
de terceiros contratados para esse fim, desde que haja disponibilidade financeira,
considerando, para tanto, os valores apurados em processo de Registro de Preços
dirigido pelo setor encarregado das licitações no Município; **Restituição** de parcela de
retorno do ICMS, que não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do valor
transferido ao Município em função da participação relativa ao valor adicionado da
empresa na formação do índice de Participação do Município no ICMS, para empresas
novas no Município ou no caso de ampliação de empresa existente no Município;
Pagamento de Imposto sobre Serviços (ISS), na alíquota mínima de 2% (dois por
cento), para instalação de novas empresas ou ampliação de empresa existente no
Município, para os casos de empreendimentos que contemplem sistema de tecnologia
de informação, desde que comprovado o incremento financeiro, pelo período de duração
da atividade; **Prioridade** aos projetos para implantação ou ampliação de empresas no
Município, na análise com vistas ao licenciamento ambiental pertinente, no prazo de até
10 (dez) dias, condicionado à apresentação da documentação completa necessária à
análise; **Prioridade** aos projetos para implantação ou ampliação de empresas no
Município, na análise realizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano –
IPURB, no prazo de até 20 (vinte) dias, condicionado à apresentação da documentação
completa necessária à análise; **Apoio** institucional junto aos órgãos competentes a nível
estadual e federal. Após passou-se ao Processo Municipal nº 987/2022 em nome de
Centro de Educação Infantil Descobrindo o Mundo LTDA, requerente postula pelos
seguintes benefícios: **Isenção** de Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens
Imóveis, quando a aquisição do imóvel for destinada à implantação ou ampliação do
empreendimento, exceto se a empresa compradora tiver como atividade-fim o ramo
imobiliário; **Isenção** de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano
(IPTU) incidente sobre o imóvel em que se instalarem novas empresas ou àquele
utilizado para ampliação de empresa existente no Município, pelo período da execução
da obra ou, até 03 (três) anos, incidindo o que sobrevier primeiro; **Isenção** do
pagamento de Imposto sobre Serviços (ISS), para os serviços de execução, por
administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou
elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços,
escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a
instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de

COMDEBENTO

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); de reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); e de serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros, pelo período de execução dos serviços ou por até 03 (três) anos, incidindo o prazo que sobrevier primeiro; **Isenção** da taxa para autorização de letreiros, adesivos publicitários e mídia digital na fachada dos estabelecimentos comerciais, nos termos da Lei Municipal nº 5.871/2014, que regula a matéria. **Restituição** de parcela de retorno do ICMS, que não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do valor transferido ao Município em função da participação relativa ao valor adicionado da empresa na formação do índice de Participação do Município no ICMS, para empresas novas no Município ou no caso de ampliação de empresa existente no Município; **Pagamento** de Imposto sobre Serviços (ISS), na alíquota mínima de 2% (dois por cento), para instalação de novas empresas ou ampliação de empresa existente no Município, para os casos de empreendimentos que contemplem sistema de tecnologia de informação, desde que comprovado o incremento financeiro, pelo período de duração da atividade. O último processo da pauta foi o **Processo Municipal nº. 9.285/2021 em nome de Manolo Durli**, requerente postula pelos seguintes benefícios: **Subvenção** para a execução de até 200 (duzentas) horas dos serviços de infraestrutura necessários à implantação ou ampliação pretendidas (terraplenagem, transporte de terras e materiais para obras, outros custos e encargos correspondentes a serviços e materiais, de infraestrutura), exceto detonação, mediante a realização com equipamentos e bens próprios do Município ou realizados por serviços de terceiros contratados para esse fim, desde que haja disponibilidade financeira, considerando, para tanto, os valores apurados em processo de Registro de Preços dirigido pelo setor encarregado das licitações no Município. Ademais, esclareceu que a documentação contida nos autos dos processos foi apresentada de acordo com o que emana a Lei Municipal nº. 6.012/2015, informando o disposto na referida lei municipal de incentivos. **O primeiro processo colocado em votação foi o Processo Municipal nº 19618/2021 em nome de Engenho do Vale Restaurante e Varejo Ltda., sendo DEFERIDO** os seguintes benefícios: **Subvenção** para a execução de até 150 (cento e cinquenta) horas dos serviços de infraestrutura necessários à implantação ou ampliação

COMDEBENTO

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves pretendidas (terraplenagem, transporte de terras e materiais para obras, outros custos e encargos correspondentes a serviços e materiais, de infraestrutura), exceto detonação, mediante a realização com equipamentos e bens próprios do Município ou realizados por serviços de terceiros contratados para esse fim, desde que haja disponibilidade financeira, considerando, para tanto, os valores apurados em processo de Registro de Preços dirigido pelo setor encarregado das licitações no Município; **O segundo processo colocado em votação foi o Processo Municipal nº 19014/2021 em nome de Adega Casa de Madeira Ltda., sendo DEFERIDO** os seguintes benefícios: **Isenção** de taxas incidentes no licenciamento ambiental para movimentação de terras, vinculadas aos empreendimentos definidos no artigo 2º desta lei; **Isenção** do pagamento de Imposto sobre Serviços (ISS), para os serviços de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); de reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); e de serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros, pelo período de execução dos serviços ou por até 03 (três) anos, incidindo o prazo que sobrevier primeiro; **Isenção** da taxa para autorização de letreiros, adesivos publicitários e mídia digital na fachada dos estabelecimentos comerciais, nos termos da Lei Municipal nº 5.871/2014, que regula a matéria; **Restituição** de parcela de retorno do ICMS, que não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do valor transferido ao Município em função da participação relativa ao valor adicionado da empresa na formação do índice de Participação do Município no ICMS, para empresas novas no Município ou no caso de ampliação de empresa existente no Município; **Cessão** de uso de bens e equipamentos; **Subvenção** para a execução de até 300 (trezentas) horas dos serviços de infraestrutura necessários à implantação ou ampliação pretendidas (terraplenagem, transporte de terras e materiais para obras, outros custos e encargos correspondentes a serviços e materiais, de infraestrutura), exceto detonação, mediante a realização com equipamentos e bens próprios do Município ou

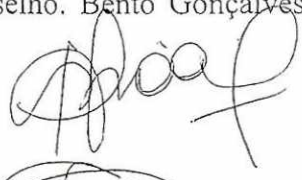



COMDEBENTO

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves realizados por serviços de terceiros contratados para esse fim, desde que haja disponibilidade financeira, considerando, para tanto, os valores apurados em processo de Registro de Preços dirigido pelo setor encarregado das licitações no Município; **Prioridade** aos projetos para implantação ou ampliação de empresas no Município, na análise com vistas ao licenciamento ambiental pertinente, no prazo de até 10 (dez) dias, condicionado à apresentação da documentação completa necessária à análise; **Prioridade** aos projetos para implantação ou ampliação de empresas no Município, na análise realizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPURB, no prazo de até 20 (vinte) dias, condicionado à apresentação da documentação completa necessária à análise; **Apoio** institucional junto aos órgãos competentes a nível estadual e federal. O terceiro processo colocado em votação foi o Processo Municipal nº nº 220/2022 em nome de Meber Metais S/A, sendo DEFERIDO os seguintes benefícios:

Isenção de Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis, quando a aquisição do imóvel for destinada à implantação ou ampliação do empreendimento, exceto se a empresa compradora tiver como atividade-fim o ramo imobiliário; **Isenção** de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel em que se instalarem novas empresas ou àquele utilizado para ampliação de empresa existente no Município, pelo período da execução da obra ou, até 03 (três) anos, incidindo o que sobrevier primeiro; **Subvenção** para a execução de até 300 (trezentas) horas dos serviços de infraestrutura necessários à implantação ou ampliação pretendidas (terraplenagem, transporte de terras e materiais para obras, outros custos e encargos correspondentes a serviços e materiais, de infraestrutura), exceto detonação, mediante a realização com equipamentos e bens próprios do Município ou realizados por serviços de terceiros contratados para esse fim, desde que haja disponibilidade financeira, considerando, para tanto, os valores apurados em processo de Registro de Preços dirigido pelo setor encarregado das licitações no Município; **Prioridade** aos projetos para implantação ou ampliação de empresas no Município, na análise com vistas ao licenciamento ambiental pertinente, no prazo de até 10 (dez) dias, condicionado à apresentação da documentação completa necessária à análise; **Prioridade** aos projetos para implantação ou ampliação de empresas no Município, na análise realizada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPURB, no prazo de até 20 (vinte) dias, condicionado à apresentação da documentação completa necessária à análise; **Apoio** institucional junto aos órgãos competentes a nível estadual e federal. O quarto

COMDEBENTO

Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Bento Gonçalves
processo colocado em votação foi o Processo Municipal nº 987/2022 em nome de
Centro de Educação Infantil Descobrindo o Mundo LTDA, sendo **DEFERIDO** os
seguintes benefícios: **Isenção** de Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens
Imóveis, quando a aquisição do imóvel for destinada à implantação ou ampliação do
empreendimento, exceto se a empresa compradora tiver como atividade-fim o ramo
imobiliário; **Isenção** de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano
(IPTU) incidente sobre o imóvel em que se instalarem novas empresas ou àquele
utilizado para ampliação de empresa existente no Município, pelo período da execução
da obra ou, até 03 (três) anos, incidindo o que sobrevier primeiro; **TODOS os projetos**
colocados em votação foram aprovados por UNANIMIDADE. Desta forma a
Presidente encerrou a reunião. Nada mais havendo a constar, encerro a presente Ata,
que será assinada por mim, e pelos demais membros presentes, cuja lista de presença
será arquivada em livro próprio de arquivo deste Conselho. Bento Gonçalves, 18 de
fevereiro de 2022.



Rejeat


Bento Gonçalves
Roberto Jimari
